

**AUTONOMIA CAMPONESA NO BAIXO PARNAÍBA
MARANHENSE: CONFLITOS, PROCESSOS DE LUTA E
GARANTIA TERRITORIAL**

*LA AUTONOMÍA CAMPESINA EN PARNAÍBA BAJA
MARANHENSE: EL CONFLICTO, Y LUCHAR PROCESOS
GARANTÍA TERRITORIAL*

*AUTONOMY CAMPONESA IN LOW PARNAÍBA
MARANHENSE: CONFLICTS, FIGHTING PROCESSES AND
TERRITORIAL GUARANTEE*

Saulo Barros da Costa¹
sauloungido@gmail.com

Resumo: Este artigo diz respeito a pesquisa realizado no Baixo Parnaíba maranhense no âmbito da produção da tese de doutoramento, com foco nos processos de luta e resistência camponesa, que garantem a permanência e reprodução de sujeitos sociais, ameaçados pelo avanço da produção industrial do agronegócio. Desde dos anos de 1990, os extensos plantios de eucaliptos avançam no cerrado maranhense e mata dos cocais, com marcas sobre as recargas hídricas e dinâmica dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais maranhenses. Este território é contestado diante os conflitos territoriais e ambientais, como explicitado nas formas e possibilidades de reprodução camponesa (PAULA ANDRADE, 2012; CPT, 2015). A resistência concreta camponesa (SCOTT, 2013) possui a dimensão da autonomia e da luta, construída historicamente e materializada em ações que promovem mudanças radicais nas estruturas do Estado e enfrentamentos diretos, a saber a empresa Suzano Papel e Celulose S. A. Como resultado, observou-se a lei do bacuri verde, aprovada no território da comunidade São Raimundo, município de Urbano Santos, Maranhão, em dezembro de 2012, com base nos princípios: extrativismo coletivo e diversificado; e luta contra o avanço dos plantios de eucalipto nos territórios de comunidades encurraladas multilateral e espacialmente. Esta lei revela a política que estes sujeitos tecem em suas práticas, demarcando seus modos de vida, em vias do avanço do capitalismo agrário, consolidando o território camponês do Baixo Parnaíba a partir das suas representações espaciais das chapadas e dos baixões, a diversidade de usos e modos de vida de sujeitos e as resistências internas

1 Geógrafo, doutorando em Geografia (PPGEO / UFPE), pesquisador GERUR / UFMA e LEPEC / UFPE. E-mail: sauloungido@gmail.com

pela preservação e uso do cerrado, descrevendo outra polifonia na cartografia das resistências e dos territórios comunitários.

Palavras-chave: resistência camponesa; lei do bacuri verde; Baixo Parnaíba maranhense; territórios em disputa; territórios comunitários.

Resumen: Este trabajo es respecto a la investigación realizada en el Baixo Parnaíba maranhense en el ámbito de la producción de la tesis de doctorado, con foco en los procesos de lucha y resistencia campesina, que garantizan la permanencia y reproducción de los sujetos sociales, amenazados por el avance de la producción industrial del agronegocio. Desde los años de 1990, las extensas plantaciones de eucaliptus avanzan en el cerrado maranhense y en la mata dos cocais, con marcas sobre las recargas hídricas y la dinámica de los modos de vida de los pueblos y comunidades tradicionales maranhenses. Este territorio es disputado frente a los conflictos territoriales y ambientales, como se explicita en las formas y posibilidades de reproducción campesina (PAULA ANDRADE, 2012; CPT 2015). La resistencia concreta campesina (SCOTT, 2013) posee la dimensión de la autonomía y de la lucha, construida y materializada en acciones que pro-mueven cambios radicales en las estructuras del Estado, así como enfrentamientos directos con la empresa Suzano Papel e Celulose S. A. Como resultado, la ley del bacuri verde fue creada y aprobada por el territorio de la comunidad São Raimundo, Municipio de Urbano Santos, Maranhão, en diciembre de 2012, con base en los principios: extracción colectiva y diversificada; y lucha contra el avance de las plantaciones de eucaliptus en los territorios de comunidades encorraladas multilateral y espacialmente. Esta ley revela la política que estos sujetos tejen en sus prácticas, demarcando sus modos de vida en vías del avance del capitalismo agrario, consolidando el territorio campesino del Baixo Parnaíba a partir de sus representaciones espaciales de las chapadas y de los baixões. Esta diversidad de usos y modos de vida de sujetos y sus resistencias internas por la preservación y uso del cerrado, describen otra polifonía en la cartografía de las resistencias y de los territorios comunitarios.

Palabras claves: resistencia campesina, ley del bacuri verde, Baixo Parnaíba maranhense, territorios en disputa; territorios comunitarios.

Abstract: This paper concerns to the research conducted in the Baixo Parnaíba of Maranhão within the doctoral thesis production, focusing on the processes of struggle and peasant resistance, which guarantee the permanence and reproduction of social subjects, threatened by the advance of industrial production of agribusiness. Since the 1990s, the extensive eucalyptus plantations advance in Maranhão savannah and forest of cocais, with effects on water resources and dynamic ways of life of peoples and traditional communities maranhenses. This territory is disputed from the territorial and environmental conflicts, as explained in the forms and peasant livelihood possibilities (PAULA ANDRADE, 2012; CPT, 2015). The peasant actual resistance (SCOTT, 2013) has the dimension of autonomy and struggle, historically constructed and materialized in actions that promote radical changes in state structures, as well as direct confrontations with Suzano Papel e Celulose Company S. A. As a result, the law

of the green bacuri was created and approved by the territory of São Raimundo community of Urbano Santos, Maranhão, in December 2012, based on the principles: collective and diverse extraction; and fight against the advance of eucalyptus plantations in the communities territories corralled multilateral and spatially. This law reveals the policy that these subjects weave in their practices, demarcating their livelihoods in the process of the agrarian capitalism forward, consolidating the peasant territory of the Baixo Parnaíba from their spatial representations of the plateaus and baixões. This diversity of uses and ways of life of individuals and their internal resistances for the preservation and use of Cerrado describe another polyphony in the mapping of resistance and community territories.

Keywords: peasant resistance; law of the green bacuri; Baixo Parnaíba of Maranhão; disputed territories; community territories.

O BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE NO ÂMBITO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS – LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

O Baixo Parnaíba maranhense localiza-se na porção leste do estado do Maranhão, Região Nordeste, Brasil, América Latina. Sua formulação enquanto delimitação política e espacial decorre devido comunidades e seus territórios comporem a o médio curso do Rio Parnaíba e, como expressão da articulação histórica, as diversas expressões de força e resistência camponesa (Mapa 1).

Os sujeitos sociais presentes e resistentes ao capital são, em sua trajetória política e delimitação identitárias, camponeses posseiros que, segundo Martins (apud FELICIANO, 2009, p. 29):

a luta do posseiro introduz a uma legitimidade alternativa da posse, contornando a legitimidade da propriedade [...] os sem terra, na sua prática, não tem como deixar de questionar a legitimidade da propriedade, não pode deixar ilegítimo, e também iníquo, o que é legal, que é açambarcar cercar um território, não utilizá-lo nem deixar que os outros utilizem.

Tal contexto social se dá pelos diversos processos de expropriação e exploração, com bases nos mecanismos de exploração, como o foro.² Tanto a questão da relação colonial impregnada no trabalho como a expropriação territorial pela propriedade privada, configuram a dimensão perversa destes camponeses.

Uma das pistas de compreensão destes eventos espaciais se refere a constituição dialética

2 A prática da cobrança do foro é descrita enquanto relação que subsidia as formas trabalhistas nas propriedades rurais maranhenses, direcionando partes ou quantias da produção para o proprietário das terras. Segundo Andrade (1984, pp. 15-26), com os implementos agrícolas da SUDAM e SUDENE, a derrubada da vegetação nativa para substituição pela pastagem para gado de raça motivou esta relação, com a concentração das áreas de extração, cultivo e coleta, estas de base nas formas produtivas do campesinato. Segundo Franklin (2014) e Soares e Antunes (2010), diante da relação de cobrança do foro, diversos grupos camponeses no Maranhão se organizaram com objetivo de questionar a estrutura agrária e as formas de exploração, descrevendo que a mais valia produzida já subsidiava a forma capitalista de trabalho, não necessitando de outra forma de alienação camponesa, culminando na dívida e forma análoga ao trabalho escravo, haja vista as condições empregadas aos camponeses pelos patrões.

dos sujeitos sociais, suas origens e constituição ontológica, a partir da dimensão do trabalho. Estes trabalhadores que são camponeses, segundo seu modo de reprodução societal e suas específicas instâncias de mediação metabólica com a natureza; dimensões estas fundantes na reprodução destes sujeitos.

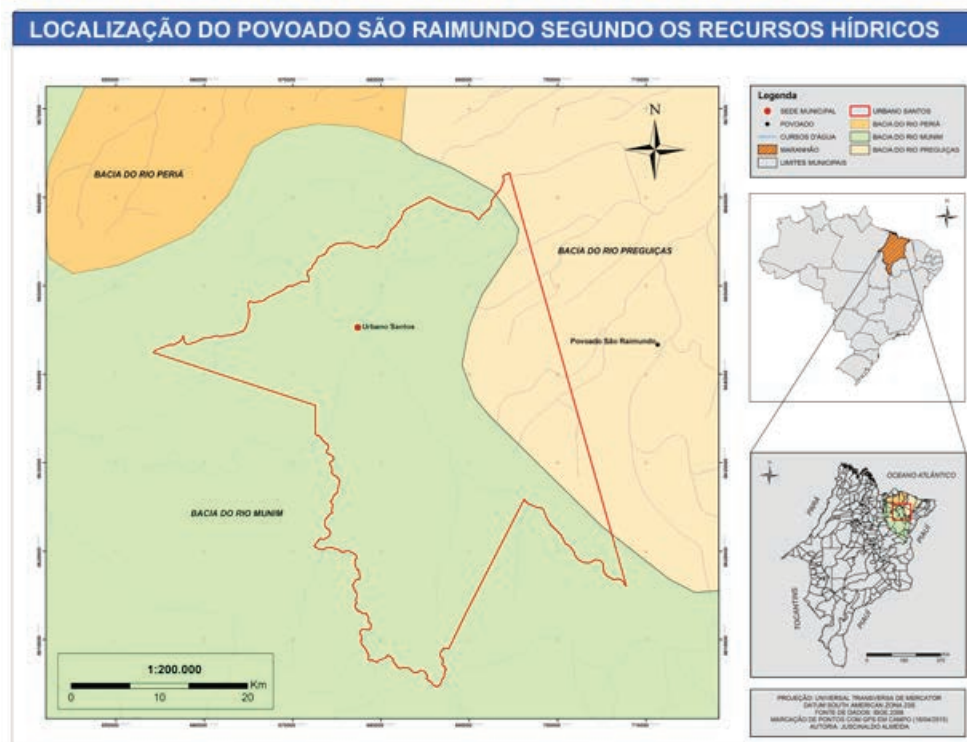
O processo territorial do estado do Maranhão passa por demarcamos datadas pelo agrogócio, desde o sul e chegada ao Baixo Parnaíba. Estudos como os de Ferreira (2008) sobre as novas produções espaciais da soja no município de Balsas, sul do Estado e Figueiredo (2008), ao deter estudos sobre áreas produtores de carvão vegetal para a cadeia industrial guseira a partir do babaçu, demarcam a produção recente sobre um viés geográfico atento as dinâmicas recentes ditadas pela lógica do capital em detrimento de racionalidade camponesas. Observou-se a lacuna em apreender tais processos segundo outra epistemologia e produção científica, que revele aquele em estudo por ele mesmo, e produza uma perspectiva geográfica segundo outros sujeitos, especificamente em questão, os camponeses maranhenses.

Em estudos históricos, a partir da ciência geográfica, Orlando Valverde (1957) arremete ao Estado do Maranhão como possibilidade de leitura espacial da nação, objetivando compreender hábitos e costumes das populações em áreas de transição entre o semiárido e a Amazônia legal. Não distante desta leitura de totalidade, Ab'Sáber (2003) ao aportar os domínios morfoclimáticos brasileiros cita o leste maranhense como “região tampão”, perseguindo as classificações. Estas duas conceituações são segundo o referencial regional, que acompanha outras realidades, como no restante dos estados do nordeste, na obra de Manuel Correia de Andrade, *A terra e o Homem no Nordeste* (1980). Neste cenário, nasce nosso interesse em fazer uma leitura sobre os sujeitos sociais em questão, e não segundo as classificações e regionalizações propostas. Não adotamos categorias de apreensão da realidade, mas segundo a dialética marxista, avançamos em um estudo de cunho crítico que objetive contribuir com a luta e transformação territorial dos camponeses localizados no território em disputa. Ou seja, tamanha é a ousadia do estudo e resultados esperados em sua ampla divulgação.

Para possibilitar a leitura do fenômeno geográfico em estudo no Baixo Parnaíba Maranhense, a entrada territorial é o caminho explicativo, pois na complexidade das disputas de poder, a lupa de leitura segundo a sociedade e a natureza é apresentada como caminho de aproximação (e apreensão) com a realidade. Raffestin (1993, p.152) contribuir ao detalhar o sistema de forças na conjectura territorial, pois fatores econômicos, políticos, sociais e culturais revelam a dimensão do processo territorial enquanto um sistema interligado e dinâmico. Esta escolha de abordagem nos inspira para compreensão da totalidade maranhense a partir do Baixo Parnaíba, e ainda avanço sobre leituras geográficas sobre o Estado do Maranhão.

Os processos territoriais no Baixo Parnaíba maranhense modificam-se pós anos 1990, uma vez do avanço de empresas para a mesorregião do Leste maranhense e compra de terras. Segundo Paula Andrada (2012, p. 9), a expropriação camponesa é marca do modelo produtivo do capital em curso, com a incorporação de suas terras ao mercado, objetivando usos da natureza como forma de espoliação da sociedade. Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (2014), 39% dos conflitos por terra no Maranhão em 2013 foram registrados no Baixo Parnaíba, totalizando 11.610 pessoas envolvidas nos conflitos. Sem demais, está posto a urgência de análises geográficas para tal realidade.

Mapa 1: Demarcação do povoado São Raimundo na bacia do Rio Preguiças como território de reprodução camponesa



Fonte: O autor, 2015

AGRICULTURA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL: METABOLISMO, OCUPAÇÃO E MODELO ECONÔMICO MODERNO-COLONIAL NO BAIXO PARNAÍBA

A constituição do modelo de produção agrícola industrial maranhense é revelada por alguns fatores, como: a intensa migração sulista pelas vias do cerrado nordestino e central brasileiro (FERREIRA, 2008); a estratégia localista do processo produtivo em território de interesse do capital de baixo custo e estrutura (BITOUN, 1980; CANEDO, 2008; FERREIRA, 2008); a maciça interligação dos territórios de produção e exportação dos recursos naturais existentes no Estado (CARNEIRO et al., 2008; 2013 e MALUF, 1977) e; o modelo de produção baseada em mão de obra de baixa remuneração e grandes territórios, compreendidos como devolutos (PAULA ANDRADE, 2008; GASPAS, 2013; ALMEIDA 1983; MAY, 1990). Estas premissas nos ajudam a aprofundar a tese de que seja na produção agrícola de commodities compreendidas no metabolismo da natureza pelo capital, ou seja, na exportação dos recursos naturais como carvão vegetal e eucalipto, há um embricamento político e ideológico na corporificação destes na esfera do modelo do capital instalado no Estado do Maranhão; e ainda, fundamentado na dimensão ontológica do trabalho segundo a mão de obra empregada. Veremos a seguir alguns elementos sobre estas duas delimitações.

A estrutura territorial maranhense descreve o legado das potencialidades e usos feitos com o nordeste nacional, direcionando basicamente para a produção agrícola de cana-de-açúcar e algodão. Segundo Ferreira (2008, p. 234), as produções ali atingidas são de

cunho agroexportador e que tem como característica no processo produtivo a evasão da lucratividade para as colônias, num regime empresarial bem definido, no século XX.

A produção e comercialização em larga escala de um tipo de produto marca os ciclos econômicos da produção agrícola nordestina, e em destaque, a maranhense. Andrade (1980, pp. 205-206), ao descrever o processo de ocupação territorial do meio-norte (território compreendido entre o oeste piauiense e o a parte central maranhense), no século XVI, a economia é baseada entre os “escambos de produtos da terra por produtos europeus de pouco valor”, como também uma economia de subsistência, regida por trabalhadores pobre e livre. A repercussão deste entendimento se estende pelos séculos, como no século XX, demonstrado por Valverde (1957:384) na figura que segue, localizando os polos produtivos de babaçu no Estado:

A população pobre e livre pouco trabalhava nos latifúndios, de vez que em região tropical úmida era abundante a oferta de alimentos pela natureza e poucas vantagens oferecidas pelo trabalho para os fazendeiros. Vivendo no meio do babaçual, a população rural pobre obtinha alimento com a caça, a pesca, a coleta de coco babaçu e pequenas roças de mandioca, milho ou arroz. Mantinha-se isolada pequenas cidades, vivendo em uma economia fechada, de subsistência (ANDRADE, 1980, p. 213).

Mesmo com a concentração do processo produtivo em ciclos econômicos ou melhor, em algum produto específico para exportação – como o caso babaçu, cana-de-açúcar e algodão -, estas atividades demandavam grandes quantidades de mão de obra. Esta, por ser escassa, se apresentou como grande possibilidade de lucratividade para os colonos. Segundo Andrade (1980, p. 206), a correntes de ocupação territorial no Estado, ora pelo litoral, com os franceses e portugueses, ora com os vaqueiros, que avançaram pelos leitos caudalosos dos rios Grajaú, Pindaré, Mearim, Itapecuru e Munim, tinham em suas comitivas grandes contingentes de mão de obra para comercialização. Em meio as necessidades de ampliação dos cultivos e estruturação do processo de escoamento da produção, mais mão de obra se fez necessária, gerando um processo de escravidão indígena local (ANDRADE, 1980, p. 206). Temos aqui as marcas do processo de produção territorial com base nos conflitos:

O povoamento limitou-se inicialmente à porção litorânea e à baixada maranhense, mais facilmente defendida, embora houvesse caminhos que iam a grande distância da costa, por onde os predadores de índios entravam à procura do seu produto comercial e por onde os índios muitas vezes desciam a fim de fazer guerras aos seus inimigos. Estas lutas entre colonos e indígenas seriam causa de tremendas divergências entre os colonos e os jesuítas que, desejando catequizar os indígenas e aldeá-los, opunham-se tenazmente à sua escravização.

Esta mão de obra é formada também por caboclos (VALVERDE, 1957, p. 387), com atividades específicas, como a relação metabólica com a natureza, na contribuição da reprodução deste sujeito enquanto classe trabalhadora tão importante para o modelo agrícola que perdura na contemporaneidade. Segundo o autor, o processo é rudimentar por razões como desempenhar atividades da natureza da coleta a medida que revela necessidades. Ao mesmo tempo, percebe-se a soberania deste sujeito social para além das relações capitalista

observadas, como a demanda pelo consumo. Outro aspecto é a divisão sexual do trabalho observada durante o trabalho de campo na década de 1950, com participação feminina, mesmo na tônica do texto em análise de “mando” na realização da atividade feminina:

A extração de amêndoas de babaçu é feita segundo um sistema muito rudimentar de coleta comercial. Quando o caboclo precisa de dinheiro, penetra no babaçual, ou manda a mulher, para trazer coquilhos. Estes são amontoados em frente à casa de moradia, onde as mulheres e crianças fazem a quebra do coco. Para isso usam um machado que elas mantêm de gume virado para cima prendendo-o com as pernas; enquanto com uma das mãos manejam o coquilho sobre a lâmina, ao mesmo tempo, com a outra, vão dando pancadas com um pedaço de pau. Reunida a produção de um dia, vão os caboclos vendê-la na venda mais próxima. Se eles trabalham como rendeiros, parceiros ou assalariados são obrigados a vender sua produção de amêndoas ao dono da terra. No caso de trabalharem por conta própria, fazem às vezes negócio com motoristas de caminhão que vêm geralmente de Fortaleza ou do Recife e trocam as amêndoas de babaçu por tecidos, utensílios ou gêneros de alimentação.

Afinal, que é o sujeito social denominado por caboclo por Valverde? Para Andrade (1980, p. 213), com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, um intenso mercado negreiro se deu, com maior concentração dos escravos no vale do Itapecuru-Mirim. Também existiam poucos trabalhadores livre, de característica pobre, que desempenhavam atividades nos vales de babaçuais, segundo caça, pesca e extrativismo. A mão de obra indígena também era presente, mesmo em menor quantidade, segundo os extensos genocídios em cursos da acumulação de terras e avanço do litoral. Em meados de 1888, a população de escravos foi-se dando liberdade e concentrando em meio aos cocais e florestas, oriundos das extensas plantações de cana-de-açúcar e algodão. Esta diversa descrição dos sujeitos presentes na cultura agrícola-agrária no Maranhão possibilitou Valverde no século XX a compreensão do caboclo, como resultado destas trajetórias culturais, marcado por traços ligados fundamentalmente a sua relação metabólica com a natureza, a saber: produção em áreas comunais; trabalho agrícola baseado em lavouras temporárias; trabalho familiar; uso complementar dos espaços da natureza (tanto das chapadas como baixões, por exemplo (PAULA ANDRADE, 2012)) e utilização dos recursos da natureza para alimentação e manutenção do gênero de vida, segundo os saberes e tradições herdados historicamente (tanto indígena, negro quanto de migrantes livres de outras regiões do Brasil).

O quadro maranhense apresentado sobre a agricultura, com foco no leste do Estado, possibilita subsídios para compreensão dos conflitos territoriais em curso, a partir das dimensões metabólicas e do trabalho, como cernes dos embates postos entre posseiros e quilombolas em direção a Suzano Papel e Celulose S. A, por exemplo. O uso da natureza na complementaridade do gênero de vida, mediado pelo trabalho é diametralmente diferente a racionalidade, interpretação e apreensão dos gêneros de vida para as Empresas que se instalaram historicamente. A fragilidade contida na posse da terra é estratégia de ocupação territorial destas Empresas, uma vez que, como visto a ocupação por parte das populações tradicionais e históricas se deu segundo o modelo colonial exportador da agricultura desenvolvida no Maranhão pelos colonos. A disputa pela posse da terra sempre foi reivindicação

daqueles que chegaram, deflagrando conflitos que três séculos acompanham a estrutura fundiária do estado.

A SUZANO PAPEL E CELULOSE S. A. COMO EXPRESSÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL AGRÍCOLA NO BAIXO PARNAÍBA

Uma vinculação histórica é compreendida no modelo de produção territorial do agrário maranhense, segundo a premissa da máxima exploração dos recursos naturais e espoliação da classe trabalhador, no caso camponeses de diversas trajetórias e específico gênero de vida.

A política agrária no Estado possui três momentos importantes na conjuntura das transformações, pois segundo Carneiro (2013, p. 22) são: 1) de 1970 a 1985, “pode ser caracterizado pela importância e posterior declínio das políticas de incentivos fiscais (FINAM, FINOR) e pela política de crédito agrícola farto e barato”; 2) entre 1980 e 1995, “a diminuição do financiamento estatal para a grande propriedade e a redução do crescimento econômico, o que fortaleceu a política de reforma agrária” e; 3) de 1995 em diante, “teremos um cenário completamente diferente, com crescimento da demanda global por commodities agrícolas e a consequente expansão dos interesses empresariais e do mercado de terras”, marcado pela divisão internacional do trabalho.

O terceiro e contemporâneo momento supracitado, aprofundou as alianças no fazer do capitalismo para a estrutura agrária, uma vez que o Estado desponta como promissor e possível de render relativa lucratividade para a balança comercial nacional. Carneiro (2013, p. 23) compreende que a progressiva transformação de um Maranhão agrícola, de baixa remuneração e pouca lucratividade para um cenário de plataforma de exportação, referendado também pelo mercado de terras em expansão:

Nesse novo cenário, o Maranhão ganha destaque, enquanto “plataforma de exportação” de commodities agrícolas e florestais, com a ampliação da área plantada de soja, que, inicialmente concentrada no sul, expande-se para as regiões centrais e leste do estado; o crescimento dos plantios de eucalipto para o abastecimento da produção de ferro gusa e, mais recentemente, para o suprimento de duas unidades industriais de produção de celulose e de uma unidade de produção de pallets de madeira anunciada pelo grupo Suzano Papel e Celulose.

Empresas como MARGUSA, MARFLORA e Suzano Papel e Celulose ocupam lugar central neste processo. Segundo Paula Andrade (1995), a MARGUSA (Siderúrgica Maranhão Gusa S/A) foi fundada em 1985 por empresários maranhenses com incentivos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e vendida, posteriormente ao grupo japonês Yanmar do Brasil S/A. No ano de 2003, a MARGUSA foi comprada pelo grupo siderúrgico GERDAU. Já a MARFLORA atua como ramo florestal da MARGUSA.

Segundo pesquisa realizada por Paula Andrade (1995) constatou o cercamento de áreas de cerrado, as *chapadas*,³ e a destruição da cobertura vegetal, por parte de agentes

3 Segundo Paula Andrade (2011), são formações florestais típicas do cerrado onde os camponeses exercem atividades de caça, extração de mel, de plantas medicinais, de materiais para a construção de casas e, sobretudo, de criação de animais soltos.

econômicos, que visavam se apropriar de elementos da natureza (flora, fauna, corpos hídricos), sobre os quais as famílias camponesas exercem o extrativismo, a caça e a pequena criação de animais. Uma vez cercadas as áreas de uso comum, as famílias camponesas têm seu modo de viver ameaçado.

No Baixo Parnaíba, após a destruição considerável do cerrado nativo, com vistas à siderurgia, projetos de desenvolvimento têm sido operados por grupos econômicos que objetivam a produção madeireira, como é o caso da Suzano Papel e Celulose S. A.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONFLITO NO BAIXO PARNAÍBA: A SILVICULTURA EM FOCO

Do ponto de vista histórico, o desenvolvimento geográfico da empresa Suzano Papel e Celulose S. A. nos remete para o ano de 1983 quando esta concentrou suas atividades em Urbano Santos, na mesorregião Leste Maranhense,⁴ tendo como objetivo a implantação de plantios comerciais com o gênero *Eucalyptus*. Porém ocorreu inadaptabilidade das espécies de eucalipto utilizadas, levando a empresa a iniciar uma série de pesquisas, visando à seleção de clones adaptados às condições edafoclimáticas da região.

Atualmente, são cerca de quinhentos hectares de eucalipto plantados em caráter de pesquisa, distribuídos em cerca de dez municípios, em estágios diferenciados de desenvolvimento, com resultados que possibilitam a seleção de clones com maior produtividade, melhor capacidade de adaptação, entre outros fatores de desenvolvimento. Todavia, o avanço de qualquer empresa que tenha a terra como condição primeira para a expansão do agronegócio da silvicultura não se faz sem conflitos, sem disputas territoriais.

Mais visível ainda é que, apesar de todo esforço de desenvolvimento que tem sido empreendido no estado do Maranhão, esta unidade da federação perpetua-se como uma das mais contrastantes socialmente no Brasil. Tal característica continua sendo utilizada por planejadores e empresários como justificativa para a continuidade dos ciclos de projetos de desenvolvimento econômico, que, porém, historicamente nunca trouxeram a prevista distribuição de riquezas e melhor qualidade de vida à população local, lugar-comum nos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMAs) desses projetos. A título de ilustração, segundo Ferreira (2008), mais de 26% dos seis milhões de habitantes do Estado não são alfabetizados, mais de 50% dos domicílios não têm acesso à esgotamento sanitário e, 48,87% dos maranhenses recebem até 1 salário mínimo.

Os projetos de desenvolvimento da Suzano vêm na esteira do processo de industrialização e modernização do Brasil, conseqüentemente do Maranhão. No entanto, projetar a ideia de desenvolvimento requer a materialização na forma de plantios florestais, plantas industriais, acessos rodoferroviários, portos, que viabilizam o conteúdo do processo de

⁴ O interesse da Suzano no Leste Maranhense deve-se a vários fatores dos quais podem ser destacados: a proximidade da infraestrutura de escoamento (rodovias, como a BR 135; proximidade para com o Porto do Itaqui, em São Luís), bem como a maior parte de suas terras (do Leste Maranhense) serem classificadas como de boa aptidão para a silvicultura.

produção, distribuição e circulação global do capital. Não obstante, ao fixar dinâmicas de acumulação, a implantação de tais projetos, bem como a sua conseguinte operação, não se realiza sem romper o equilíbrio existente do meio ambiente.

Os relatos dos camponeses⁵ nos permitem delinear e compreender a situação da luta de classes: o processo de regularização fundiária da região na contemporaneidade caminha a passos lentos e, aproveitando-se dessa situação, a Suzano moveu uma ação contra os camponeses na qual atestava que a área de alguns povoados era propriedade dela. Como exemplo de estratégia da empresa para entrar com mais facilidade nos povoados pesquisados, podemos citar a tentativa de “piçarrar” (aplanar e colocar piçarra na superfície de estradas, já que o percurso é arenoso) o acesso ao povoado de Vertente, o que indicaria o início das atividades da Suzano no território da comunidade, conseqüentemente o acesso às *chapadas*.

De acordo com alguns camponeses de Vertente, a Suzano alega ser dona de aproximadamente 3.000 dos 5.466 ha do povoado. Hectares esses que a empresa alega ter comprado, mas sem comprovante; o Estado, na figura do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), por sua vez, aponta que a terra é devoluta. Tais camponeses contam que desde meados dos anos dois mil a Suzano intenta desmatar as áreas de chapada e fazer o plantio de eucalipto.

Diante do açambarcamento de terras devolutas, os camponeses ocuparam e autodemarcaram áreas de *chapadas* que utilizam há séculos e que reclamam como parte essencial do seu território, havendo o choque de interesses camponeses versus agricultura capitalista. Estas ações geram (re)ações de natureza contra-hegemônica, tais como acampamento e vigília na área autodemarcada, ao confronto direto quando houve ameaça iminente à preservação de tais áreas, até recorrerem por fim às denúncias pelos movimentos sociais, junto ao Ministério Público, imprensa, órgãos fundiários e ambientais (OLIVEIRA, s/d).

É comum nos depoimentos dos camponeses relatos de que foram ameaçados e de que a própria Suzano Papel e Celulose S. A. tenta invalidar documentos do ITERMA, bem como diz ter adquirido as terras e pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) desde o ano 2001. A situação de *conflito fundiário* faz com que os camponeses se queixem da demora dos órgãos competentes do Estado, como é o caso do ITERMA — no âmbito estadual, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) — no âmbito federal.

No entanto, os camponeses rebeldes, que não aceitaram a perda da relativa autonomia que gozam junto ao seu lugar social,⁶ resistiram e resistem à intentona da empresa, e vários deles, de diferentes povoados, se reuniram para enfrentar a empresa que se diz proprietária das terras. Tais camponeses alegam que a Suzano matou muitos animais, caças, destruiu muitos pés de bacuri, pequi, via correntão.

5 Em se tratando da luta de classes, como a possibilidade de que os camponeses e trabalhadores com quem travamos diálogos e conversas sejam objeto de ações judiciais por parte da empresa, resolvemos resguardar o anonimato das pessoas que nos ajudaram a compreender sua situação e dos seus grupos frente à territorialização da empresa.

6 Valemo-nos aqui das observações do geógrafo Armando Corrêa da Silva (1991), quando este brilhantemente sentencia: “O lugar social não existe sem o grupo social que lhe é próprio, como ter, ser, estar e haver”. Por isso, compreendemos que o lugar social é marcadamente humano e o espaço é o âmbito da existência, das produções e reproduções humanas objetivas.

AGRICULTURA, TRABALHO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL NA GÊNESE DO BAIXO PARNAÍBA

A ocupação e produção territorial do Maranhão tem marcas precisas, que perduram em sua trajetória histórica e geográfica. Se faz necessário a diferenciação que o processo produtivo e territorial com marcas no monocultivo e espoliação das relações de trabalho, além do máximo uso da natureza enquanto recurso não se demarca enquanto peculiaridade do Estado. Nos referimos ao modelo moderno-colonial de lucratividade em curso na contemporaneidade, expressa nos termos de Mézáros, na ordem de reprodução sociometabólica do capital (MÉZÁROS, 2011, p. 94).

O resgate histórico segundo texto de Valverde (1957), Andrade (1980) e Ferreira (2008), apontam para uma geografia maranhense segundo as disparidades políticas e territoriais. Ao mesmo tempo, nos desperta a presente demanda de produção e sistematização para a produção do conhecimento, segundo a análise geográfica, de uma lacuna de reflexões e intervenções que demarquem a lógica da questão agrária.

A extrema produção de produtos agrícolas segundo os ciclos revela a concentração do capital para a produção de um território especializado, com atenção para a exportação e controles e diretrizes externas. No âmbito político, o que nos ressalta, de forma analítica, é a permanência dos centros de decisão na iniciativa privada e do capital. Seja na exploração do babaçu quanto do algodão, os fazendeiros ou empresários, descreviam o formato de ordenamento do território, segundo a validação do capital empoderado. Camponeses, quilombolas e trabalhadores livres não detinham tais decisões, pois eram alienados a estrutura da relação de trabalho estabelecida.

No século XX, várias programas e projetos políticos foram desenvolvidos no Maranhão, como o PRODECER III. Em meio a tantos investimentos, a iniciativa privada continua entoando a tônica da utilização dos investimentos, como na migração dos gaúchos no sentido sul-leste do Estado (GASPAR, 2013). É uma estratégia de direcionamento das políticas públicas que possam, mesmo sem estrutura e logística adequada para o empreendimento específico, gerar lucratividade e ocupação territorial.

A Suzano Papel e Celulose S. A. expressa esta dinâmica, uma vez que nos relatos históricos do Leste maranhense, já existiu a compra de terras para fixação territorial (PAULA ANDRADE, 1995). Mesmo sem estar corporificado no Estado, mas Empresas subsidiárias já existiam, como a MARFLORA e MARGUSA. É a operação do capital em suas múltiplas representações.

Os camponeses já demarcam seu gênero de vida e estratégia de reprodução metabólica, frente às transformações descritas. Detentor de mão de obra única e rara para os empreendimentos agrícolas instalados foi progressivamente substituído pela mão de obra escrava, com os avanços de correntes de ocupação do século XVII (ANDRADE, 1980). E com as crises dos ciclos econômicos, pode lutar por direitos e permanência na terra, justificada pela ocupação histórica de territórios de uso comum e utilização complementar da natureza, como nos baixões e chapadas.

Estas marcas acompanham os camponeses nos conflitos agrários no Leste do Estado, possibilitando, segundo o reconhecimento identitário e fundiário, de espaços de resistências frente ao avanço do agronegócio sojicultor e de eucalipto. O próprio uso da natureza para reprodução, seja no cerrado, seja nos babaçuais, descreve quem seja este sujeito camponês e quais as suas reivindicações, mesmo que históricas, na pauta da mobilização territorial.

A apreensão sobre o Maranhão, seus conflitos e seus sujeitos, revela uma geo-história de conflitos, espoliação e usos da natureza, amparado por um centro de decisão externo e de grandes investimentos locais (ACSELRAD; BEZERRA; 2010), aportando para caminhos que são locais de emancipação e transformação da estrutura fundiária; a resistência demonstrada pela coleta de material e reflexões analíticas junto aos próprios camponeses, o caminho do embate local, como extensas transformações no imaginário e constituição política territorial do Estado.

A RESISTÊNCIA CAMPONESA TERRITORIAL NO BAIXO PARNAÍBA – A COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO EM RESISTÊNCIA CONCRETA

A busca por autonomia e permanência territorial de comunidades camponesas no estado do Maranhão é recorrente na perspectiva histórica que se concebe o espaço agrário, suas constantes transformações que advém das intervenções do capital, e da monopolização dos processos, com alvo em consolidação de estruturas produtivas (COSTA e PAULA ANDRADE, 2008a, 2013; CARNEIRO, 2008; SOUZA FILHO, 2014). O cenário não finalizou a luta de povos e comunidades tradicionais camponesas contra este modelo colonial, ecoando em novas formas de contestação social e organização espacial.

O Maranhão, em sua dinâmica das lutas no campo segundo diversos povos e etnias, é marcado por dois grandes processos sociais ligados a centralidade da terra e da questão agrária, a saber: o conflito diante do *avanço do latifúndio improdutivo*, que condiz com a histórica grilagem de terra ainda presente no século XXI (MATTOS JUNIOR, 2010) e a *violência contra as sociedades camponesas* (PAULA ANDRADE, 2008b), diante das relações de trabalho nela concebidas, como o foro, e a precarização da mão de obra no campo e na cidade (CARNEIRO, 1996 apud CARNEIRO, 2013). Estes dois pilares sustentam a produção capitalista no campo, com fins do monocultivo (in)produtivo e fixação de grandes complexos agroindustriais, suas estruturas de logística e exploração da natureza. Assim, o modelo em vigor no espaço agrário acirra as disputas territoriais e espolia de forma vilipêndia as sociedades camponesas, reforçando lutas e embates políticos de resistência camponesa.

Para Carneiro (2013, p. 20), as atividades mais recentes, após os ciclos do babaçu e arroz (a partir dos anos 1980), são atreladas aos investimentos diretos do governo federal, segundo dois mecanismos principais:

[...] via implantação de empreendimentos diretos (obras de infraestrutura e projetos/programas econômicos) e via mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas, caso das políticas de incentivos fiscais e de redução de tributos incidentes sobre a exportação (Lei Kandir).

No primeiro caso, temos atividades relacionadas com a implantação do Projeto Ferro Carajás, da Vale, cuja a infraestrutura ferroviária e portuária e a atuação da mineradora como articuladora de ações, permitiram o desenvolvimento da siderurgia a carvão vegetal e a expansão da produção sojícola para os cerrados maranhenses.

No segundo, temos a expansão da atividade agropecuária e da produção sucroalcooleira, sujeitos empreendimentos, implantados com a maior força a partir dos anos 1970, beneficiaram-se de um vasto leque de incentivos fiscais (ARCANGELI, 1987) e, mais recentemente, vêm sendo apoiado pela política de estímulo às exportações e de incremento do consumo do álcool combustível.

Estes dois marcos espaço-temporais apontam para diversas expressões de violência (e resistência no campo). O primeiro mecanismo analisado por Carneiro resultou em inúmeras expulsões e conflitos com camponeses e comunidades tradicionais de seus territórios. Segundo dados do Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (2013) e analisados em Faustino e Furtado (2013), para 2012, dos trinta e seis conflitos registrados, vinte e quatro ocorrem no Maranhão, afetando 3.705 famílias em decorrência da duplicação da ferrovia Carajás da Vale S. A., demonstrando a realidade dos “Reféns da riqueza dessa terra: impactos da mineração sobre as comunidades” (BOSSI, 2010 apud FAUSTINO e FURTADO, 2013). Outra dinâmica foi a expansão para o leste maranhense de produtores que, atraídos pela logística e a presença de outros projetos de desenvolvimento como a comunicação de transporte com a ferrovia da Vale S. A., implantaram também nestes territórios plantios em extensas áreas e ditas “terras devolutas” (GASPAR, 2013). É a violência Estado-capital ancorada sobre os territórios ancestrais e tradicionais.

Os monocultivos possuem consequências drásticas para os camponeses, pois estão subsidiados pela extração dos biomas e radicalidade predatória no uso. O cerrado maranhense, especificamente do leste do estado, é alvo de avanços constantes, regados por pulverização aérea e contaminação dos mananciais hídricos. Segundo Paula Andrade (2012),⁷ as atividades sucroalcooleiras descritas acima por Carneiro, transformou o leste maranhense espaços produtivos homogêneos de soja e em florestas invisíveis de eucaliptos, estes também plantados em larga escala com fins da cadeia de celulose do estado em expansão.

Diante da complexidade que se estabelece no espaço agrário maranhense, povos e comunidades tradicionais reformulam suas lutas na centralidade do território e dos modos de vida, objetivando o bem viver. Afinal, o estado de conflitualidade⁸ gerando das epistemes diferenciadas em questão fazem parte do cotidiano camponês, diante da expansão do capital em busca por “[...] apropriação privada das terras devolutas e das públicas, assim como de todas as demais terras privadas que não estejam direta ou indiretamente sob seu controle político e econômico” (CARVALHO, 2015, p. 1).

7 Segundo o relatório da pesquisa que foi realizado entre os municípios maranhenses de Urbano Santos, Santa Quitéria e Mata Roma, os camponeses têm perdido como fruto do avanço dos monocultivos estratégias históricas de reprodução, como as mudanças nos caminhos do raçado, das matas de extrativismo e a dimensão territorial, como consequência das modificações estabelecidas sobre a relação sociedade-natureza (PAULA ANDRADE, 2012, p. 118).

8 Para esta definição, “[...] compreendemos a conflitualidade como uma relação inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa relação ocorre pelo enfrentamento entre os principais territórios da questão agrária brasileira: o território do campesinato e os territórios do latifúndio e do agronegócio. Compreendemos o latifúndio e o agronegócio como territórios do capital por causa de suas similaridades e diferencialidades excludentes: a grande propriedade, a especulação imobiliária, os grandes impactos ambientais, a superprodução e super-exploração e a concentração do poder político e econômico. O latifúndio exclui pela improdutividade e especulação imobiliária privando os camponeses de acesso à terra. O agronegócio exclui pela produção em larga escala e intensa territorialização, impossibilitando o camponês de acesso à terra... (GIRARDI e FERNANDES, 2009 apud CARVALHO, 2015).

Carvalho (op. cit.) ainda aponta que a resistência camponesa se desenvolve no processo contraditório ao modelo dos monocultivos e do agronegócio, que em suas ações, afirmadas pelas políticas públicas, buscam apagar a diversidade camponesa, como também seus territórios. Nos referimos a luta política e ideológica de dominação e unilateral de concepção do mundo (camponês).

O bem viver desponta como demarcação política de práticas e conhecimentos, com bases na espiritualidade e processos ancestrais. É a lógica de produção, organização e formulação do processo social que não é descrita nos manuais, mas no contato e na partilha. Esta forma de ser camponês fortalece e demarca os territórios, retoma espaços invadidos e mobiliza as construções políticas organizativas destes sujeitos.⁹ São as formas e caminhos de resistência insurgentes no campo, articulada por coletivos e teias, como a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão.¹⁰

A Geografia escrita pelo modelo de desenvolvimento que avança na contemporaneidade apela para os rastros de destruição e hegemonia do capital, com elos de aniquilação camponesa ou incorporação a cadeira produtiva dos monocultivos. Esta é a resposta plausível que o capital fornece em situações de embate. Em revelia, descrevemos outras epistemes camponesa perante a instância da resistência, com fins de permanência e autonomia territorial (SALGADO, 2013).

A COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA¹¹

A comunidade São Raimundo fica encravada no cerrado maranhense, na porção leste do estado (vide Mapa 2). Com diversidade fisionômica, o bioma do cerrado em transição (MAZZETTO, 2009), também classificado como mata dos cocais, possui variedade biológica específica, segundo as palmeiras de coco babaçu (*Orbignya phalerata*) e endêmica nos cursos d'água presentes. Para o saber local, a comunidade é cercada por extensos tremendais, baixões e chapadas, espaços estes de desenvolvimento dos saberes e práticas.

Diante da pressão e do avanço de monocultivos em territórios ao redor, a pressão por arrendamento de terra e a própria expulsão é constante, uma vez da localização estratégica deste território. Por conta das diversas formas de resistência concreta (SCOTT, 202; 2011; 2013), a comunidade tem mantido seu território e avançado na luta contra a relação estado-capital que a aflige.

Conforme expresso no Mapa 2, o uso integral do território é a primeira decisão em

9 Para a construção social de identidades em disputa e transformação, Souza (2012), no capítulo “A Especificidade da Desigualdade Periférica”.

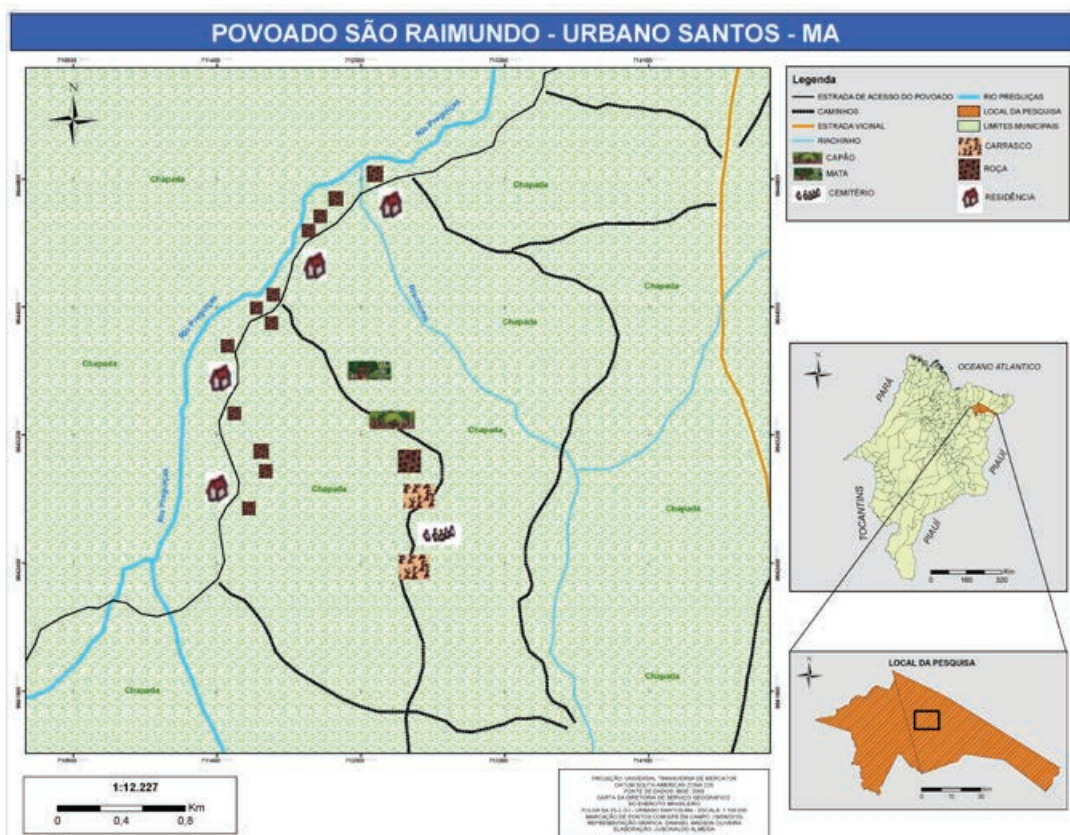
10 A **Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão** é uma articulação entre indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e gerapeiros, no formato de teia, tecendo formas e processos de resistências em pautas coletivas em todo estado. O bem viver dos povos e comunidades é lema de ação, com encontros formativos e mobilizadores que fundamentem a partir do bem viver basicamente: autonomia e gestão territorial em processos descoloniais. Na Teia estão presentes as entidades: Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Articulação Nacional de Quilombos, Movimento Quilombola do Maranhão e Justiça nos Trilhos.

11 A comunidade São Raimundo foi escolhida como foco da análise devido a relevância territorial em relação aos processos de expansão do monocultivo de eucalipto entre os municípios de Urbano Santos, Santa Quitéria e Mata Roma, e na microrregião de Chapadinha, como também a mobilização política interna e em relação a outras comunidades, como Bracinho, Boa União e Bom Princípio.

direção a reprodução camponesa, diante da conjuntura de homogeneização dos territórios e desenvolvimento de monocultivos. Tanto os baixões quanto as chapadas, representam elementos fundantes de abastecimento das práticas camponesas, possibilitando a autonomia enquanto dimensão da reprodução.

Em 29 de dezembro de 2012, foi aprovado pela comunidade de São Raimundo a lei do bacuri verde. Esta lei é uma estratégia de permanência territorial e autonomia camponesa, uma vez que leva enquanto forma de “punição” interna aos transgressores. Fundamentalmente, entre novembro e março do calendário agrícola econômico dos camponeses, a coleta do bacuri verde na chapada consiste em grande parte do sustento dos camponeses. Haja vista que o processo é feito com os frutos maduros que caem, aqueles que ainda não ficaram maduros, devem permanecer para próximas coletas. É proibido a derrubada do bacuri verde. E exatamente neste princípio que diversos camponeses transgrediram esta definição organizativa interna, e coletaram os frutos verdes. Após a efetivação da lei do bacuri verde em assembleia, as punições ocorreram, com a denúncias de famílias transgressoras para as instâncias públicas jurídicas. Este fato motivou uma ação contra os transgressores pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, caracterizando como crime ambiental.

Mapa 2: Localização da ocupação territorial autônoma da Comunidade São Raimundo



Fonte: O autor, 2015.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO DA LUTA CAMPONESA EM SÃO RAIMUNDO

O território camponês de São Raimundo representa uma desobediência epistêmica contra o modelo de produção de sociedade e intensificação do modelo agrícola exportador. Com bases nas dimensões de autonomia e resistência, o bem viver camponês permanece e atinge outros patamares de mobilização e luta social.

Outro elemento é a complementariedade espacial no território entre baixão e chapada, como característica do saber e da luta camponesa. Em diversas rodadas de tentativas de compras de terras, fazendeiros e empresários condicionam apenas aos baixões como necessários para permanência camponesa. Imediatamente, em revelia ao processo, a necessidade de uso da chapada é colocada como parte da economia, segundo o extrativismo e que neste espaço existem diversos elementos para a produção dos medicamentos, no objetivo do bem viver.

O modelo agrário exportador em desenvolvimento histórico no Maranhão, possui diretrizes básicas para fim do campesinato, com a concentração fundiária e erosão epistêmica de saberes e práticas, desqualificando-as enquanto formas de resistência e luta. É objetivo do modelo hegemônico a progressiva e violenta exploração dos camponeses em diversos mecanismos, mesmo com a superação de modelos com a cobrança do foro e a relativa condição de fim da escravidão. Os monocultivos são formas de retomadas destes modelos e enfrentamento com camponeses. Em meio a este cenário, a condição camponesa revela uma contra-hegemonia em curso, com autonomia e emancipação, principalmente no que diz respeito ao bem viver, uma vez que possibilita diante da ancestralidade a reorganização social e retomada dos territórios. São os territórios livres para o bem viver dos povos e comunidades da América Latina.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, et all. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2010.
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Encontros e desencontros entre Regionalização e Fronteira – algumas considerações teórico-metodológicas a partir da Amazônia paraense e da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional). Campinas: **Anais... X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia(ENANPEGE)**, pp. 9043 – 9052. 2013.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder - Conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume. 2013.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional. 2015
- COSTA, Saulo Barros da. **(Re)invenção do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi cearense: território, redes e inovação tecnológica**. Niterói: Universidade Federal Fluminenses, Programa de Pós-graduação em Geografia (dissertação de mestrado). 2012.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário de Desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.
- GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. São Luís: EdUFMA. 2013.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **TERRITÓRIO EM DISPUTA: terras (re)tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classe no Pontal do Paranapanema)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (tese de doutoramento). 2009.
- GIARRACCA, Norma. **Notas sobre el trabajo de campo**. In: GIARRACCA, Norma; MONTENEGRO, Jorge; COMELI, María. **Quando el territorio es la vida: la experiencia de los sin tierra en Brasil**. Buenos Aires: Antropofagia. 2006.
- LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO. 2005.
- LEROY, Jean Pierre; MALERBA, Julianna. **IIRSA, energia e mineração – ameaças e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: FASE. 2010.
- LIMA, Ivaldo Gonçalves de. **Redes políticas e recomposição do território**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, (Doutorado em Geografia) 2005.
- LIMA, Nilo. **Conservação no cerrado, território, política pública: Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (Doutorado em Geografia). 2008.

- LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, pp. 85-103, jan/jun. 2006.
- MAY, Peter. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na Zona do Babaçu**. São Luís: EMAPA/FINEPI/Fundação Ford. 1990.
- MÉZÁROS, István. **Para além do capital : rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo. 2011.
- MOLINA, Manuel Gonzáles de; TOLEDO, Victor M. **Metabolismos, natureza e história – Hacia una teoria de las transformaciones socioecológicas**. Barcelona: Icaria Editorial, Perspectivas Agroecológicas. 2011.
- MONDARDO, Marcos Leonardo. **Conflitos territoriais entre Guaranis-kaiowás, Paraguaiois e “Gaúchos”**: a produção de novas territorialidades no Mato Grosso do Sul. Niterói: Universidade Federal Fluminenses, Programa de Pós-graduação em Geografia (Doutorado em Geografia). 2012.
- MONTENEGRO, Jorge. Seis fragmentos para pensar hoy la continuidad de la modernidad/colonialidad en el proyecto autoreferenciado del desarrollo. In: GIARRACA, Norma. (org.). **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Buenos Aires: Una Ventana. 2011.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1 ed. São Paulo: Contexto. 2008.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. (org.). **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO LESTE MARANHENSE: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (relatório de pesquisa). 2012.
- PÉREZ, Mercedes Solá. **Resistências dos Camponeses do que hoje é SUAPE: entre questões de desenvolvimento e agrárias**. Recife: Programa de Pós-graduação em Geografia, (Doutorado em Geografia)(no prelo). 2015.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: EdUfrgs. 2008.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática. 1993
- SCOTT, James. C. **“Formas cotidianas da resistência camponesa”**, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra). *Raízes*, v. 21, n. 1. 2002.
- SILVA, Erinaldo Nunes da. **Conhecimento local: saberes e práticas camponesas no cultivo da mandioca: o caso do Povoado Vertente, Santa Quitéria do Maranhão**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Ciências Sociais (monografia). 2014.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim. **Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania – para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora Ufmig. 2012.

SOUZA FILHO, Benedito. **Conflitos e estratégias para a governança territorial: o caso da Resex Chapada Limpa**. São Luís: Revista Pós Ciências Sociais, v. 11, n. 22, pp. 43 -59. 2014.

SVAMPA, Maristella. “**Extractivismo neodesarrollista y Movimientos Sociales ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas**”. In: LANG, Miriam; MORKRANI, Dunia. 2011.

ZHOURI, Adréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, Adréa; LASCHEFSKI, Klemens. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.